

ANEXO 04
DECLARAÇÃO DE DIVISÃO DE ALUGUEL
(Declaração exclusiva para candidato que divide aluguel)

Eu, **Taisa Jaqueline Zuber**, portador da carteira de identidade nº 098.373.139-00, e CPF nº 098.373.139-00, acadêmico(a) regularmente matriculado(a) no curso de Artes Cênicas da Universidade do Estado de Santa Catarina, declaro para os devidos fins e sob as penas da lei para comprovação do Cadastro Socioeconômico que divido com as pessoas abaixo nominadas e assinadas, os gastos de aluguel do imóvel situado no endereço Rua Antônio Joaquim de Freitas, nº 101, sendo que o valor total do aluguel é de R\$ 2.446,00 (legível) e que o valor mensal que cabe a mim contribuir é de R\$ 1223,00 (legível).

Anexar cópia do contrato de aluguel.

Nome e assinatura dos demais moradores:

1. Nome Completo (legível): Taisa Jaqueline Zuber.

Assinatura e telefone: 48 98817-5476

2. Nome Completo (legível): Aaron Yuri Lopes Soares.

Assinatura e telefone: 48 98455-7440

Documento assinado digitalmente
 **AARON YURI LOPES SOARES**
Data: 27/03/2026 19:18:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

3. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone:

4. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone:

Declaro ainda que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou ciente de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Autorizo ainda o Serviço Social e a Secretaria de Assuntos Estudantis da UDESC a averiguar a informação acima.

Data: 27/03/2026

Documento assinado digitalmente
 **TAISA JAQUELINE ZUBER**
Data: 27/03/2026 19:16:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei Nº 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos”.